

ADUBOS  **TREVO S.A. GRUPO L**

Luta com banqueiros deve gerar tensões

Heitor Tepedino

A reação norte-americana com sanções diversas sobre a economia do Peru, em represália à posição do presidente Alan Garcia de oferecer apenas 10% das exportações para o pagamento da dívida externa, certamente não irá mudar a política de "endurecimento" com o FMI anunciada pelo presidente José Sarney. Em consequência, não é difícil prever que o FMI e o governo brasileiro passarão por momentos de grande tensão nas negociações.

Após um período razoável de calmaria entre os países devedores e o FMI, as perspectivas de novos atritos começam a aumentar generalizadamente. O México e a Argentina, os dois maiores parceiros do Brasil em volume de dívida externa, lutam com grandes dificuldades internas, não se sabendo até quando aqueles governos conseguirão manter as restrições econômicas dramáticas impostas pelo FMI.

No caso do Brasil, vive-se uma aparente tranquilidade em relação à dívida externa, mas existe um vulcão adormecido, porque qualquer reação do governo Sarney que ameace um acordo com o FMI, o mercado financeiro internacional entrará em crise. Tal fato não ocorrerá simplesmente pelo volume da dívida do Brasil. A influência do Brasil nos demais países devedores é que é importante, não havendo dúvidas que um "endurecimento" do presidente Sarney seria um grito de "guerra" para os nossos parceiros de insônia.

Se um Alan Garcia, com uma economia peruana das mais pobres, dívida externa insignificante, leva a Casa Branca a reunir a sua cúpula e adotar medidas de Estado contra nossos vizinhos, o que ocorreria se o Brasil assumisse a mesma posição? Provavelmente o tratamento seria outro, porque embora as populações europeias e da América do Norte pouco saibam sobre as potencialidades brasileiras, os seus governos conhecem muito bem as suas multinacionais que dominam um mercado de 130 milhões de consumidores.

Contudo, existem premissas difíceis de serem aceitas pela comunidade financeira internacional, que passaram a ser bandeira de guerra do governo Sarney. Em primeiro lugar, não se aceita a monitorização da nossa economia, exige-se "spreads" (taxas de risco) menores dos atuais

2%, os cortes do déficit público não devem atender plenamente às prestações do FMI e finalmente, os prazos para o pagamento dos juros e amortizações devem ser ampliados.

Fosse há dois anos passados, se, poderia afirmar, sem medo de errar, que o governo brasileiro enlouqueceu, porque jamais o FMI e os seus representados, os banqueiros, aceitariam discutir uma proposta como esta. Entretanto, hoje o FMI já aceita o saneamento da economia com crescimento, o que abre espaços para negociações mais liberais nos outros setores, como orçamento público, etc.

Dentro dessas possibilidades que o governo do Brasil vai agir, apoiado pelas lideranças políticas e certamente pela população, para que não abra a guarda para os técnicos de Washington. A preparação deste apoio político vem sendo feita com destreza pelo presidente Sarney e alguns dos seus ministros, claro que quando o ministro Dornelles recebeu para almoço em várias ocasiões no Ministério da Fazenda, mais de 120 parlamentares para "conversar" sobre o FMI, não visava este apoio para entregar o ouro aos bandidos.

Como se observa, o governo brasileiro está preparado para entrar no jogo mudando algumas das regras viciadas. Para melhorar a posição política do Brasil, Fidel Castro resolveu transformar Cuba na tribuna de defesa dos devedores latinos, onde os banqueiros internacionais e o FMI foram crucificados. Justamente no correr deste encontro, o indefeso Peru é massacrado por sanções econômicas do governo Reagan. Na medida em que os EUA se desentendem com os nossos vizinhos, mais eles precisam do Brasil na América Latina.

Desta forma, a batalha dos devedores começa a ser promovida a guerra, um desfecho natural de transformação de ditaduras militares em democracias, ficando uma dura opção para os Estados Unidos, entre ajudar a consolidação das democracias nascentes da América Latina, ou usar a sua força para o retorno das ditaduras. Na reunião da ONU — Organização das Nações Unidas — em setembro, o presidente José Sarney saberá aproveitar a oportunidade para reafirmar os limites aceitáveis impostos pelo FMI e pelos banqueiros internacionais. Até há as perspectivas são de um crescente desentendimento com os nossos credores.